

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Objetivo Geral

Proporcionar ao participante o conhecimento e o entendimento dos princípios e normas que regem o processo penal, expressos no Código, capacitando-o a aplicá-los no exercício de suas funções.

Objetivos Específicos

Conhecer, compreender e identificar os procedimentos especiais do Direito Processual Penal.

Metodologia

Aula expositiva, explanação de textos legais e estudo de casos.

Conteúdo Programático

- Processos Especiais;
- Rito processual relativo aos crimes de calúnia e injúria e de imprensa;
- Natureza jurídica da audiência de conciliação;
- A exceção da verdade:
 - Natureza jurídica e o art. 85 do CPP.
- Rito processual relativo aos crimes previstos na Lei 4.898/65;
- Crimes de abuso de autoridade;
- Natureza jurídica da ação penal;
- Competência;
- Possibilidade de aplicação do art. 514 do CPP;
- Reflexos das Leis 9.099/95 e 10.259/01.
- Rito processual:
 - Do crime de tortura (Lei 9.455/97);
 - Crimes funcionais (arts. 312 a 326 CP);
 - A justa causa para ação penal e o art. 513 do CPP;
 - O art. 514 e a ação penal instaurada com base em inquérito policial;
 - A natureza da decisão a que se refere o art. 516 do CPP.
- Rito processual dos crimes relativos a entorpecentes (Lei 11.343/06);
- Flagrante delito (crimes permanentes e instantâneos);
- Instância e suas repercussões sobre o *sursis* processual;
- Suspensão condicional do processo Lei 9.099/95;
- Inquérito policial:
 - Prazo para conclusão;
 - Competência:
 - Tráfico internacional d entorpecentes (súmulas nº 522 do STF e nº 03 do STJ);
 - Conexão e continência.
- Rito processual dos crimes relativos a entorpecentes (continuação);
- Procedimento criminal;

- Lei 10.409/02 e as inovações trazidas pela Lei 11.343/06;
- Recurso e direito de apelar em liberdade (súmula nº 09 do STJ).
- Rito processual relativo aos crimes contra a propriedade imaterial;
- Procedimento:
 - Peculiaridades;
 - Condições de procedibilidade;
 - Prazo para exercício do direito de queixa;
 - A modificação da competência do juízo em face da Lei 10.259/01.
- Processo para imposição de medidas sócio-educativas (ECA);
- Ato infracional:
 - Conceito e consequências de sua prática;
 - Procedimento para apuração de ato infracional;
 - O instituto da remissão;
 - Medidas socioeducativas:
 - Enumeração legal;
 - Descrição prática;
 - Prazos para seu cumprimento;
 - Diferenças e semelhanças entre as medidas socioeducativas, penas e medidas protetivas;
 - Execução de medidas socioeducativas:
 - procedimentos e reavaliação das medidas.

Bibliografia Indicada

Código de Processo Penal

Constituição da República Federativa do Brasil atualizada;

Carga horária: 20 horas

<p>Atualização: 18/10/2010 Revisão: 00 Total de páginas: 02</p>
--